

Justiça em

ano VI - abril 2012 - número 28



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Fórum Criminal da Capital

Acompanhamos a rotina e os desafios do Fórum Criminal da Capital e levantamos alguns bons exemplos que contribuem para uma prestação jurisdicional mais célere

NESTA EDIÇÃO

NOVO SISTEMA DE MANUTENÇÃO VEICULAR
PUBLICIDADE INTERNA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
ACORDO POSSIBILITA CUMPRIMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS NA JFSP
PERFIL REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Inovações

É com imensa alegria que apresentamos aos leitores da Justiça em Revista a sua edição n.º 28. Trazemos como destaque a matéria que trata das “Boas Práticas no Fórum Criminal da Capital”, coletamos algumas das ações que estão sendo promovidas por magistrados e servidores de diferentes varas e os frutos destes novos processos de trabalho. A matéria aborda com detalhes esses procedimentos inovadores em diferentes frentes como atendimento ao balcão, expedição de ofícios, atualizações do sistema processual, dentre outros.

Além da matéria de capa, tratamos também do novo sistema de manutenção veicular, que racionaliza custos trazendo economia e agilidade no gerenciamento da frota de veículos em todo estado de São Paulo. Também falando em inovação, tratamos da parceria realizada entre a Justiça Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. O acordo possibilita que cidadãos em cumprimento de penas e medidas alternativas possam prestar serviços nas dependências dos fóruns federais da Seção Judiciária.

Trazemos ainda a reportagem que trata da publicidade interna e os resultados buscados com a publicação da Ordem de Serviço nº 17/2011, que regulamenta a publicidade interna da instituição, oficializa as mídias internas para divulgação de ações da Justiça Federal, além de orientar sobre o uso correto dos espaços físicos, a fim de evitar a poluição visual e promover maior impacto nas comunicações afixadas nos fóruns e juizados especiais em todo estado.

Por fim, traçamos o perfil regional de Presidente Prudente e a sua relação com a Subseção Judiciária sediada nesta cidade e, ainda, a sua importância na prestação jurisdicional desta enorme área territorial do oeste paulista, na qual possui sob sua jurisdição 44 municípios.

Esta edição da Justiça em Revista nos remete a muitas inovações e tendências de um Poder Judiciário que se reinventa a cada dia, tornando-se mais moderno, não só para a resolução de conflitos, mas também como parte atuante na construção de uma sociedade melhor.

HELIO C. MARTINS JUNIOR

Diretor do Núcleo de Comunicação Social

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Ciro Brandani Fonseca

Juizes federais vices-diretores do Foro
Alessandra de Medeiros Nogueira Reis (capital)
Marisa Vasconcelos (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Edson Barbosa dos Passos
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Fernando Coleti

Estagiários
Rafaella Rodrigues
Matheus Henrique
Mariana Galdeano

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a versão virtual da revista em
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>



Novo sistema de manutenção veicular	03
Aconteceu	04
Boas práticas no Fórum Criminal	06
Novo acordo para penas alternativas	08
Publicidade interna e transparência pública.....	09
Perfil Regional: Presidente Prudente	10
Livros e Memória	11
Imagem da Vez	11

Novo sistema racionaliza manutenção veicular

Ricardo Acedo Nabarro

Em vigor desde dezembro de 2011, o “cartão manutenção”, também conhecido como “Good Card”, mudou a forma de gerenciar a manutenção dos carros oficiais da Justiça Federal em São Paulo e eliminou boa parte da burocracia antes existente.

Trata-se de um sistema informatizado em que as empresas credenciadas executam os serviços automotivos mediante o pagamento de taxa de administração, cobrada pela tomadora de serviços (esta é remunerada pelos contratantes, dentre elas a Justiça Federal). No caso de São Paulo, foi firmado contrato com a Good Card, que cobra das oficinas taxa de administração, semelhante às operações de cartões de crédito.

“Esse sistema proporciona a racionalização dos serviços de manutenção da frota, pois elimina a imensa burocracia de contratação de serviços pelas subseções judiciárias toda vez que se faz necessário efetuar manutenção veicular, desde uma simples troca de óleo até serviços mais complexos”, afirmou o diretor do Núcleo de Segurança e Transportes (NUSE), Darney Augusto Bessa.

Antes da implantação do Good Card, para efetuar qualquer tipo de manutenção nos veículos era preciso buscar três orçamentos em oficinas. Vários setores da administração eram mobilizados, já que cada contratação deveria ser autorizada pelo juiz diretor do Foro, após o regular encaminhamento.

“Hoje há um controle efetivo da manutenção da frota através do sistema on-line, de forma que todos os veículos são inseridos no sistema, possibilitando aferição dos serviços executados, prazos de garantia, necessidade de troca de óleo, bem como acompanhamento da evolução dos gastos em cada veículo, visando não ultrapassar os limites estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal”, acrescentou Darney.

Outra vantagem desponta com o novo sistema. Atingido o limite de gastos e considerado o veículo antieconômico, sua substituição é proposta por onerosidade excessiva, balizando dessa forma as necessidades de substituição da frota em cada exercício.

O tamanho da frota

A Seção Judiciária de São Paulo possui atualmente 125 veículos entre caminhões e carros de serviço. Mais de 50 mil litros de combustível são consumidos por ano e, entre maio/2010 e outubro/2011, 612.463km foram rodados.

Os caminhões da Seção de Transportes percorrem todo o estado entregando materiais de consumo e retirando material de descarte. São 69 viagens distribuídas ao longo do ano, cobrindo 42 Subseções Judiciárias que são visitadas pelos agentes. Além desse material, também são retirados livros de sentença para encadernação e equipamentos de informática para manutenção.

Uma das tarefas diárias que mais exige atenção do setor é o malote. Na capital, onde estão concentrados quatro fóruns (Cível, Criminal, Previdenciário e Execuções Fiscais), além do TRF e da Administração, as correspondências são recolhidas para serem distribuídas aos destinatários. Nas subseções (interior), também existem Seções de Segurança e Transportes que fazem malote para a Delegacia da Polícia Federal local, INSS, Advocacia Geral da União etc., além da rotina diária do fórum.

“A administração da frota se tornou mais dinâmica em razão das contratações de serviços informatizados, mas requer pessoal comprometido com a instituição em razão do montante empregado no setor, bem como o elevado grau de responsabilidade das áreas de transporte da Seção Judiciária em São Paulo, que responde a todas as necessidades de materiais e de transporte de magistrados e servidores nas 42 unidades administrativas”, ressaltou o diretor do NUSE.

A Seção de Transportes acompanhou a evolução do setor realizando contratações importantes como o Sem Parar, o Ticket Car Combustível e o Good Card Manutenção. “Gostaria de salientar a imensa acolhida que a Administração Central deu às necessidades da Seção de Transportes, que nos últimos anos deu um salto de qualidade na prestação dos serviços, revelando a importância do setor e valorizando sobremaneira os servidores da Seção, responsáveis diretos pelas conquistas”, concluiu Darney.



Furgões Fiat Ducato fazem parte da nova frota

Fotos: ACOM



NOVOS DIRIGENTES - O Tribunal Regional Federal da 3ª Região empossou, no dia 17/2, seus novos dirigentes para o biênio 2012-2014. Assumiram os desembargadores federais Newton De Lucca (presidência¹) Salette Nascimento (vice) e Fábio Prieto (corregedoria regional). Para a direção da Seção Judiciária em São Paulo foram nomeados os juízes federais Ciro Brandani Fonseca (diretor do Foro), Alessandra de Medeiros Nogueira Reis (vice/capital) e Marisa Vasconcelos (vice/interior).

¹ ao centro da imagem ao lado.

Fotos: Fernando Coletti



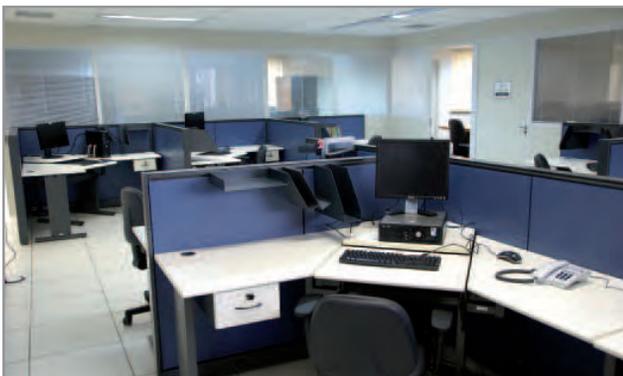
QUALIDADE DE VIDA – Foi lançado no dia 15/2 o “Programa Qualidade de Vida e Gestão de Saúde da Justiça Federal”, ocasião em que foi apresentado o planejamento estratégico com as ações de qualidade de vida para o ano de 2012. Acima Odilon Wagner.*



Foto: Jefferson Messias

SOROCABA - A inauguração da 2ª Vara-Gabinete no dia 23/1 beneficiou uma população de quase 600 mil habitantes da cidade, sem contar a população dos outros 44 municípios atendidos pelo JEF.*

Foto: Jefferson Messias



JEF/SP – O Juizado Especial Federal da capital ganhou sua 14ª Vara-Gabinete no dia 11/1. A nova Vara-Gabinete foi instalada no 10º andar do prédio que passou por várias adaptações para a inauguração.*



Foto: Fernando Coletti

ARARAQUARA - O município de Araraquara/SP (20ª Subseção Judiciária) recebeu sua 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal no dia 20/1, instalada no mesmo prédio onde funciona Justiça Federal na cidade, na avenida Padre Francisco Sales Colturato, 658.*



RECICLAGEM - No fim do ano passado, o Juizado Especial Federal em Americana/SP destinou cerca de 6.500 quilos de papéis recicláveis para a Cooperativa Cooperlários.



ARQUIVO - A Justiça Federal em São Paulo terceirizou, no fim do ano passado, a guarda de cerca de 3,5 milhões de processos e documentos administrativos que se encontravam nos arquivos dos fóruns da Grande São Paulo, interior e litoral, incluindo o arquivo geral da Presidente Wilson localizado no bairro do Ipiranga.*



10 ANOS DE JEF – Foi realizado nos dias 1 e 2/3 o evento comemorativo dos “10 Anos da Instalação dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região”. Autoridades do STJ e do TRF3 marcaram presença com palestras que contaram a história dos Juizados Federais. Acima, ministra Eliana Calmon.*



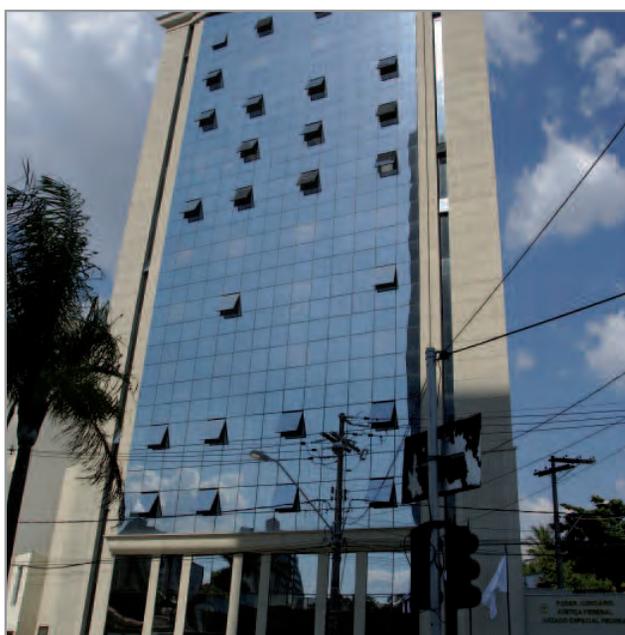
OURINHOS - O município de Ourinhos/SP recebeu sua 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal no dia 3/2. O novo JEF tem jurisdição sobre Ourinhos e outras 14 cidades que antes faziam parte da 32ª Subseção de Avaré.*



GUARULHOS - O município de Guarulhos/SP recebeu no dia 15/2 as novas instalações do Fórum da Justiça Federal, localizado na avenida Salgado Filho, 2050, Jardim Maia.*



SANTOS - O Fórum Federal em Santos/SP recebeu, no dia 10/2, sua 7ª Vara Federal, sendo a primeira especializada em ações de execuções fiscais da cidade. Na ocasião, o então presidente do TRF3, Roberto Haddad, e o prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, assinaram um termo de cooperação técnica visando oferecer mais recursos e infraestrutura para a Justiça Federal.*



JEF/CAMPINAS - O Juizado Especial Federal em Campinas/SP está em novo endereço desde o dia 7/2. O prédio, situado na avenida José de Souza Campos n.º 1358 recebeu, além do JEF, outros setores como arquivo, gestão documental, depósito judicial e central de conciliação.*



* Assista também a reportagem em vídeo, no endereço:

www.jfsp.jus.br/podcasting/

Boas práticas cartorárias no Fórum Criminal

Fernando Coleti

Morosidade, burocracia, grande número de ações para serem julgadas e falta de pessoal e material são alguns dos principais problemas que o Poder Judiciário brasileiro enfrenta ao longo dos anos. Por isso, frequentemente a legislação é alterada com o objetivo de enfrentar essas dificuldades e agilizar o trâmite processual.

Nos últimos anos, o Código de Processo Penal recebeu algumas mudanças, como a realização de audiências unificadas (testemunhas de acusação e defesa sendo ouvidas no mesmo dia) e as gravações das audiências em mídias que fizeram com que o tempo do julgamento de uma ação penal diminuísse consideravelmente.

Mas não são apenas os legisladores que estão preocupados em dar mais agilidade ao Judiciário. Juízes, diretores de secretarias e servidores têm contribuído com ideias e métodos que, além da rapidez, garantem economia para os cofres públicos e redução na sobrecarga de serviço. São as chamadas boas práticas cartorárias.

No Fórum Criminal da Justiça Federal em São Paulo, algumas varas dão exemplos dessas boas práticas.

Processos divididos por fases

Qual a melhor maneira de distribuir os processos entre os servidores da vara? Por muitos anos, a maneira mais comum de separar as ações era considerando seu número final. Cada funcionário era responsável por um número. O processo iniciava-se e concluía-se sob a custódia da mesma pessoa.

Porém, há alguns anos, a 4ª Vara Federal Criminal em São Paulo adotou um sistema diferente em que, na prática,

mostrou-se mais célere e eficiente: o de separação por setores, onde cada servidor é responsável por determinado processo apenas em sua fase (inquérito policial, recebimento de denúncia, audiência marcada, processos sentenciados etc.).

Para a diretora de secretaria, Marisa Meneses do Nascimento, essa prática possibilita além de maior celeridade nos procedimentos, uma maior satisfação para os servidores. "Acredito que isso os motiva a trabalhar com mais afinco, para que o feito passe para o próximo setor, que por sua vez, adota o mesmo procedimento", afirma Marisa.

Com o sucesso da 4ª Criminal, outras varas também adotaram este modelo. "Desde que alteramos o sistema de divisão para o de separação por fases, os processos são julgados de forma mais rápida e eficiente, pois os funcionários se especializam em um determinado setor, como se fosse uma linha de produção", disse a diretora da 3ª Vara, Eliane Dias da Cruz.

Atendimento ao balcão

Atender bem a advogados e partes é uma das práticas mais importantes, mas que nem sempre recebe o devido valor nos cartórios. Cada vara tem o seu modelo próprio de como lidar com o balcão, mas alguns métodos tem se mostrado mais eficazes.

A 3ª Vara Criminal, por exemplo, adotou o sistema de turnos de uma hora no atendimento. "O servidor consegue administrar com mais eficiência o seu dia de trabalho, distribuindo as tarefas de forma mais equilibrada. Também

incentivou entre os servidores a colaboração mútua, onde um ajuda o outro quando o balcão está cheio", afirmou Eliane da Cruz. Com a mudança, funcionários da Vara e público saíram ganhando.

Outro exemplo de valorização pelo bom atendimento ao público é a 9ª Criminal. Lá, diariamente, dois servidores são responsáveis pelo trabalho de balcão, o que não impede que os outros os ajudem. "Nossa maior preocupação é que a pessoa sintase atendida, nem que seja com um simples 'boa tarde' ou 'um momento, por favor'", afirmou a diretora da Vara, Suzelane Mota.



Andamento atualizado

De acordo com Suzelane, para prestar um bom atendimento ao público é necessário que o andamento eletrônico dos processos esteja sempre atualizado. Na 9ª Vara, os dois funcionários responsáveis pelo balcão atualizam no sistema todos os processos que são recebidos pelo Ministério Público Federal, no momento em que eles são entregues à Vara. “Uma simples mensagem de que o processo foi recebido na Vara já é uma satisfação para o público externo. Clareza quanto aos dados no terminal e atualização reduzem o número de advogados a serem atendidos”, garante a diretora.

Expedição de ofícios

Uma prática cartorária que vem tendo muito sucesso e já está sendo utilizada na maior partes das varas é a expedição e envio de ofícios e cartas precatórias eletronicamente, seja por fax ou e-mail. Após a assinatura do juiz, o servidor responsável pelo processo digitaliza o documento e o encaminha por correio eletrônico para o destinatário, quando possível.

“O uso da tecnologia propicia maior eficiência no desempenho das atividades da Vara. O envio de ofícios por e-mail reduziu muito o custo e o tempo para cumprimento das ordens judiciais”, afirmou o diretor da 10ª Vara Criminal, Denis Renato dos Santos Cruz.

Casos urgentes

Administrar os processos de caráter urgente não é uma tarefa tão simples. Na 5ª Vara Criminal, por exemplo, quem cuida das ações com réus presos é o próprio diretor de secretaria, tendo assim um melhor controle nos prazos, que normalmente são curtos.

Já a 10ª Vara editou uma portaria que, entre outras práticas, determina que os autos de prisão em flagrante, inquéritos e liberdade provisória sejam encaminhados ao Ministério Público Federal sem a necessidade de passar pela mão do juiz, ganhando tempo. “Atos como este antes demandavam abertura de conclusão e despacho do juiz. Com a edição da portaria, o servidor fica autorizado a adotar diretamente a providência, tornando mais célere e menos burocrática a tramitação processual”, garantiu Denis Renato.

Petições juntadas em processos errados

Ao protocolar uma petição é comum o advogado errar o número do processo colocando a numeração de

um feito correlato. Isso acontece muito em ações que têm vários apensos, como liberdade provisória ou incidente de insanidade. Na 4ª Vara Criminal, a juíza Renata Lotufo expediu uma portaria que autoriza os servidores a juntar o documento no expediente correto, independente de despacho, mas com anotação no sistema processual. “Geralmente ocorre confusão quando o processo tem

vários apensos e os advogados ou o Ministério Público indica na petição o número do feito principal, quando, na verdade, o documento se refere ao apenso”, afirma a diretora da Vara, Marisa do Nascimento.

Outras práticas

Com o objetivo de realizar a audiência de instrução e julgamento em dez meses, o juiz federal Ali Mazloum, titular da 7ª Vara Criminal, criou o “Processo Cidadão”, um novo procedimento cartorário. O resultado foi muito satisfatório, já que nos três primeiros anos do sistema o número de ações penais foi reduzido em mais de 50%.

Uma das inovações trazidas pelo “Processo Cidadão” é que já no recebimento da denúncia o juiz define a data da audiência de instrução, fazendo constar no mesmo mandado de citação a intimação do acusado, evitando-se expedições de novos mandados e a realização de novas diligências pelos oficiais de justiça. “Com a adoção deste sistema, o trabalho da secretaria ficou mais simplificado, eficiente e ágil, sendo que hoje o denunciado tem a certeza de quando o seu processo será julgado”, afirmou o diretor da 7ª Vara, Mauro Ribeiro.

Na 10ª Vara, por sua vez, na decisão de recebimento da denúncia, o juiz já determina várias diligências caso o réu não seja encontrado, como a expedição de edital e a suspensão do processo, garantindo uma economia de tempo e trabalho.

Ainda com relação à 10ª Vara, foi estabelecido que o diretor de secretaria é autorizado a assinar alguns documentos como ofícios em geral (exceto para determinadas autoridades), mandados (excetos de citação, prisão e busca e apreensão) e editais. Além disso, foi determinado que vários atos processuais, como reiteração de ofícios, solicitação de antecedentes criminais e atendimento de cartas precatórias, sejam cumpridos sem a necessidade de despacho do magistrado.

Outra prática econômica e célere adotada pela 10ª Vara é a expedição de um único ofício para a Polícia Federal, quando diversos inquéritos sem identificação são arquivados. Antes, para cada inquérito era enviado um ofício diferente. Agora, um só documento avisa do arquivamento de diversos feitos.



Para Marisa do Nascimento, divisão do processo por setores traz satisfação ao servidor

Acordo possibilita cumprimento de penas alternativas na JFSP

Ricardo Acedo Nabarro

Um acordo de cooperação técnica firmado entre o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo possibilita, desde novembro do ano passado, que cidadãos em cumprimento de penas e medidas alternativas possam prestar serviços nas dependências dos fóruns federais da Seção Judiciária em São Paulo.

O objetivo do acordo, segundo o documento, é a conjugação de esforços para fins de implantação e execução continuada do Programa Integrado de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, mediante a disponibilização de vagas na Justiça Federal para prestadores deste tipo de pena.

Para a execução do acordo, algumas obrigações devem ser seguidas pelas partes envolvidas. No caso da Secretaria Penitenciária, é preciso ser apresentada uma relação de beneficiários do Programa que tenham compatibilidade com as atividades a serem exercidas, bem como o acompanhamento da pena mediante apresentação de relatório técnico; já o TRF3 e a Seção Judiciária de São Paulo devem indicar o profissional responsável pela orientação e acompanhamento dos beneficiários, encaminhar a frequência mensal à Secretaria Penitenciária e não submetê-los a atividades insalubres ou perigosas.

As atividades exercidas pelos beneficiários na Justiça Federal não são remuneradas e não implicam em vínculo empregatício. O acordo de cooperação técnica não envolve transferência de recursos entre os partícipes e tem validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

Mão de obra na Execução Fiscal

Em fevereiro de 2012, seis beneficiários do Programa estavam atuando no Fórum de Execuções Fiscais em São Paulo. Essa quantidade deve crescer ainda mais. "Seguramente, esse número aumentará e num curto espaço de tempo. Nossa intenção, além de divulgar a prática, é chegar a vinte prestadores, número que reputamos ideal neste primeiro momento, até mesmo para que sigamos firmes no controle da qualidade dos trabalhos, até então incensurável", disse o coordenador do Fórum, juiz federal Paulo César Conrado.

Um dos idealizadores do projeto, Paulo Conrado conta como tudo começou. "O projeto parte de um modelo proposto pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), órgão ao qual devemos creditar o mérito de tão valoroso trabalho. A coordenação administrativa do Fórum de Execuções Fiscais teve oportunidade, no início de tudo,

de provocar a Administração Central (da Justiça Federal) fazendo-o a partir de contatos iniciais estabelecidos com os representantes da SAP, sempre com intensa participação do servidor Ednilson Tavares Maciel, diretor de Apoio Administrativo deste Fórum".

Os trabalhos realizados pelos beneficiários do Programa são desenvolvidos basicamente em dois setores: distribuição e comunicações. As tarefas se resumem na montagem de autos processuais, na movimentação física desse material, na separação e classificação de cartas precatórias e correspondências, na conferência de dados entre outras, tudo sob supervisão de servidores que atuam nos referidos setores.

A administração do Fórum de Execuções Fiscais começou a receber estas pessoas em meados de dezembro/2011. "No acordo, a Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA) do Estado de São Paulo realiza todo o trabalho de triagem dos apenados, seguindo critérios previamente definidos, e nos encaminha para entrevista e início das atividades (em caso de aceitação). Vale ressaltar que não há nenhum custo para a Justiça Federal como, por exemplo, vale-transporte, vale-refeição, ajuda de custo etc. Hoje temos seis prestadores que realizam um trabalho de qualidade muito boa", ressaltou Ednilson Maciel.

"Em princípio, a parceria representava a oportunidade de conhecermos e apoiarmos o trabalho desenvolvido pela Secretaria Penitenciária. Hoje, no convívio com os prestadores, percebo que não estamos apenas abrindo um canal de oportunidades, mas sim sendo efetivamente ajudados, e muito, à medida que o fluxo dos trabalhos nos setores que vêm recebendo esse 'apoio extra' se intensificou", finalizou o juiz.



juiz federal Paulo César Conrado

Publicidade interna e transparência pública

Jefferson Messias

Os meios de comunicação hoje disponíveis como a internet, televisão, rádio, jornais e revistas permitem que as pessoas mantenham-se informadas daquilo que acontece no mundo, comuniquem-se umas com as outras e busquem informações importantes para sua vida pessoal e profissional. Algumas dessas ferramentas de comunicação também são utilizadas na Justiça Federal para promover a publicidade interna, conectar juízes e servidores com o que está acontecendo na própria instituição e prestar informações ao público externo, dando transparência aos atos da Administração Pública.

Devido a esse importante papel desempenhado pela comunicação institucional, a Diretoria do Foro da Justiça Federal em São Paulo publicou no ano passado a Ordem de Serviço nº 17/2011, que regulamenta a publicidade interna e dá orientações para a divulgação das mídias oficiais e o uso correto dos espaços físicos para publicidade na JF/SP.

Canais oficiais de comunicação

Um ponto importante disciplinado pela Ordem de Serviço foi o de oficializar os canais de mídia administrados pelo Núcleo de Comunicação Social – NUCS, que são a Justiça em Revista, Web Rádio, videoteca virtual (Podcasting), o informativo “Em Tempo” e os banners virtuais da internet e intranet. O diretor do NUCS, Hélio C. Martins Jr., ressalta que “esses canais são estratégicos e de uso institucional. O conteúdo veiculado em todos eles destina-se a divulgar assuntos de interesse geral, além de integrar e alinhar o público interno com os assuntos do Poder Judiciário”.

Parceria na divulgação

Mesmo com todas essas ferramentas, a participação dos gestores administrativos dos fóruns é essencial para que as informações sejam divulgadas de forma eficaz nas cidades que compõem a Seção Judiciária de São Paulo. Por isso, o Núcleo de Comunicação Social atua em parceria com os gestores em todo o estado, pois eles são parte

fundamental na corrente de divulgação das campanhas ou ações de comunicação.

Quando são recebidas as informações sobre determinada campanha, a divulgação é feita em todos os canais de mídia institucionais e, em alguns casos, elaborados cartazes ou materiais impressos de suporte. Estes materiais só serão eficientes se forem corretamente afixados e distribuídos para a completa divulgação do tema, ou seja, sem o apoio regional dos servidores não é possível atingir todo o público alvo da campanha.



Você Sabia?

O Núcleo de Comunicação Social fornece ajuda na produção da publicidade regional aos fóruns federais que compõem Seção Judiciária de São Paulo, desde que a solicitação seja realizada em tempo hábil para planejamento, produção e divulgação, além de auxiliar as áreas gestoras de informações a melhorar seus comunicados dando suporte e consultoria de marketing.

Uso dos espaços internos

A Ordem de Serviço também padronizou a forma correta de se utilizar os espaços físicos para publicidade nos fóruns da JF/SP, além de definir quais são as informações consideradas oficiais para divulgação, distribuição e afixação. A Diretoria do Foro, em conjunto com o NUCS, percebeu que cada prédio utilizava os espaços internos de maneiras diferentes e, em certos casos, as ações de comunicação não eram realizadas, tanto na distribuição do material, como na manutenção dos espaços (para evitar informações desatualizadas ou poluição visual). A padronização cria um ambiente mais organizado, onde a publicidade veiculada ganha força e traz mais resultados.

Utilização dos recursos

Vivemos na era da informação, e isso só é possível graças ao grande número de mídias que nos circulam. Na Justiça Federal, o uso dessas mídias é um importante meio de promover a publicidade interna, divulgar informações de forma clara e objetiva, dar transparência aos atos administrativos e integrar as diversas áreas, regiões e pessoas.

Acesse a íntegra da Ordem de Serviço 17/2011 na intranet em “Atos Normativos” – “Ordens de Serviço DF – 17/2011”.

Presidente Prudente

Mariana Galdeano

A 560 quilômetros da capital paulista e com uma população de aproximadamente 207 mil habitantes (Censo/2011), a cidade de Presidente Prudente está localizada junto à bacia hidrográfica do Rio Paraná.   composta por cinco distritos: Presidente Prudente (sede), Eneida, Montalvão, Ameli polis e Floresta Sul. O município conquistou o título de capital regional por sua localiza o privilegiada. Atualmente a cidade   p lo comercial e prestadora de serviços.

A 12  Subse o Judiciária Federal no estado de São Paulo, responsável por 44 municípios (*), foi inaugurada no dia 19 de agosto de 1994 pelo então presidente do Tribunal Regional Federal da 3  Região Américo Lacombe. A sede própria foi inaugurada cinco anos depois, no dia 26 de março de 1999 na gestão do presidente Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini. O prédio atual conta com uma área de 2.788,89 m² na rua  ngelo Rotta, 110, Jardim Petrópolis.

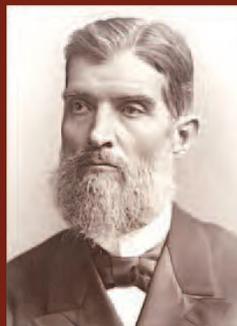
Segundo dados estatísticos do sítio do TRF3, no primeiro ano da Subse o, tramitavam 3.390 feitos. Para se ter uma ideia do volume de processos que chegam por ano no Fórum, somente em 2011 foram 8.148 novas a oes. Atualmente são 25 mil processos que tramitam nesta Subse o Judiciária. A região do oeste paulista destaca-se pela pecuária e o cultivo de cana-de-a o ar, sendo os processos previdenciários os mais comuns.

Para o juiz federal diretor Cláudio de Paula dos Santos, "  inquestionável a importância da 12  Subse o Judiciária aos habitantes distribuídos nos 44 municípios que são atendidos". Ele considera o Fórum como "instrumento pelo qual o



cidadão busca a resolu o de seus conflitos, assegurando o respeito às leis e   Constitui o Federal". O diretor do Núcleo de Apoio Regional, José Alessandro Ribeiro, descreve o trabalho no Fórum como um ambiente "bem satisfatório, proporcionando excelentes condi oes para o desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas".

No total, a 12  Subse o conta atualmente com sete magistrados, 90 servidores, 23 estagiários e 40 funcionários contratados para dar ao cidadão "garantia da democracia e da pacifica o social", afirma o juiz federal Cláudio de Paula dos Santos.



Prudente de Moraes

Eleito terceiro presidente do Brasil, primeiro político civil a assumir o cargo por elei o direta, Prudente José de Moraes e Barros, mais conhecido por Prudente de Moraes, nasceu em 4 de outubro de 1841, em Itu. Frequentou o curso de Direito na Universidade de São Paulo e em 1863 transferiu-se para Piracicaba. Exerceu a profissão durante dois anos.

Antes de assumir o cargo de chefe de Estado, foi presidente (cargo equivalente ao de governador) do estado de São Paulo, senador e presidente da Assembléia Nacional Constituinte de 1891. Em novembro de 1898, Prudente passou o cargo para Campos Sales e voltou para Piracicaba. Faleceu em 13 de dezembro de 1902 devido a tuberculose. Ele   homenageado em três cidades brasileiras: Presidente Prudente (SP), Prudentópolis (PR) e Prudente de Moraes (MG).

A história

O município foi fundado em 14 de setembro de 1917 pelo coronel Francisco de Paula Goulart. A coloniza o da região foi iniciada por migrantes do sul de Minas Gerais, atraídos pelas terras férteis para a planta o de café. A cidade atravessou grandes fases econ micas – como a extra o de madeira, a cria o de gado, o cultivo de algodão, amendoim e da menta – mas a fase do café foi de grande importância.

Com a expansão do mercado cafeeiro, houve a necessidade de se expandir, também, a linha férrea Sorocabana para o escoamento da produ o de café. Como outras cidades que se formaram ao longo da linha férrea, Presidente Prudente, nome da antiga esta o ferroviária, faz homenagem a Prudente de Moraes.

(*) Jurisdic o: ALFREDO MARCONDES, ALVARES MACHADO, ANHUMAS, CAIABU, CAIUÁ, DRACENA, EMILIAN POLIS, ESTRELA DO NORTE, EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA, FLORA RICA, IEP , INDIANA, IRAPURU, JOÃO RAMALHO, JUNQUEIRÓPOLIS, MARABÁ PAULISTA, MARTINÓPOLIS, MIRANTE DO PARANAPANEMA, MONTE CASTELO, NANTES, NARANDIBA, NOVA GUATAPORANGA, OURO VERDE, PANORAMA, PAULICÉIA, PIQUEROBI, PIRAPOZINHO, PRESIDENTE BERNARDES, PRESIDENTE EPITÁCIO, PRESIDENTE PRUDENTE, PRESIDENTE VENCESLAU, RANCHARIA, REGENTE FEIJÓ, RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS, ROSANA, SANDOVALINA, SANTA MERCEDES, SANTO ANASTÁCIO, SANTO EXPEDITO, SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO, TACIBA, TARAB I, TEODORO SAMPAIO, TUPI PAULISTA.



“Revista Acadêmica n.º 3”

Está disponível no site do TRF3 (www.trf3.jus.br/emag), em “Publicações”, a versão on-line da Revista Acadêmica n.º 3, publicada em 2011. Esta edição reúne dez palestras proferidas por renomados juristas em eventos realizados no auditório da Escola, em

2010 e 2011. Temas relevantes e atuais como Ativismo Judicial, Segurança Jurídica, Administração da Justiça, Responsabilidade Tributária, entre outros, permitem ao leitor uma reflexão sobre essas matérias do Direito, contribuindo para o seu aprimoramento jurídico e cultural.



“Rede de espera – contos e crônicas”

Autor: Renato Toniasso

O livro de autoria do juiz federal Renato Toniasso, titular da 1ª Vara Federal em Campo Grande/MS, traz textos que foram escritos a partir da experiência que o autor teve durante a

sua infância no interior do Rio Grande do Sul. Também retrata episódios por ele vividos com a família na região de Cassilândia e Chapadão do Sul, no antigo estado de Mato Grosso. Há histórias que remetem a acontecimentos reais, sem feitos fantásticos ou extraordinários, mas das quais foram tiradas conclusões e ensinamentos sobre o comportamento humano.

Aricê Moacyr Amaral Santos

Nascido em Piracicaba, interior paulista, era filho do ministro do Supremo Tribunal Federal Moacyr do Amaral Santos. Concluiu o bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo. Mais tarde, obteria o título de mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica em São Paulo – PUC/SP. Em 1989, tomou posse como desembargador no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ingressando através do sistema de quinto constitucional. Também foi juiz eleitoral. Aposentou-se em 2003 e faleceu em 2006, aos 72 anos. O Fórum Federal de Execuções Fiscais, situado à rua Guimarães Rosa, na capital, recebeu seu nome como forma de homenagem.

Fonte: Núcleo de Gestão Documental e Memória

ERRATA

A frase: “A rotina aqui é bastante exigente, nunca vi um Fórum de interior com um movimento deste. E olha que já andei bastante por aí!”, publicada na matéria sobre o perfil regional do Fórum em Sorocaba (Justiça em Revista n.º 26), não pertence ao servidor Eduardo Cerqueira Roberto. Apenas as informações constantes no primeiro parágrafo sobre a cidade de Sorocaba foram enviadas pelo servidor Eduardo Cerqueira.

IMAGEM DA VEZ

“Wadi Rum, o deserto da Jordânia. Um lugar a ser explorado. Dormir ao relento observando as estrelas é magnífico e uma experiência única. Vale muito a pena ir até lá e conviver com os Beduínos.”

Marcelo Stocco Heltai, supervisor de Atendimento, Protocolo e Distribuição – JEF/SP



Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

Gestão

2012-2014



Em março de 2012 assumiram os novos dirigentes da Seção Judiciária de São Paulo. Diante desta nova fase, a Diretoria do Foro aproveita a oportunidade para agradecer a todos os seus colaboradores nas mais diversas frentes de trabalho da Justiça Federal, tanto área meio como da área fim, pelos trabalhos desenvolvidos e pela confiança depositada nesta nova gestão. Contamos com o apoio dos nossos magistrados e servidores para construirmos uma instituição forte e sólida e, com isso, possamos juntos promover uma prestação jurisdicional cada vez melhor.